

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

VER-O-RIO: PLANEJAMENTO E GESTÃO NA ORLA FLUVIAL DE BELÉM

Emmanuel Raimundo Costa Santos (UNIFAP)

## **Vem Ver-o-Rio: Planejamento e Gestão Urbana na Orla Fluvial de Belém (PA).**

### **Resumo**

Esse artigo trata do processo de revitalização por que vem passando o espaço da orla fluvial de Belém a partir de recentes intervenções urbanísticas, implementadas pelo poder público em suas várias esferas de poder. Essas visam, sobretudo, resgatar o contato dos belenenses com os corpos d'água que circundam a porção continental da cidade por meio de aberturas de "janelas para o rio"; fechadas em prol do desenvolvimento de atividades comerciais, industriais e portuárias. Para tanto, serão analisados importantes instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano no que fazem referência a esse segmento intra-urbano. A base empírica selecionada para essa discussão foi o Projeto Ver-o-Rio; desenvolvido pelo poder municipal no período de 1999 a 2004. Esse projeto, a partir de suas especificidades, contribui para repensar a função e uso de um espaço cheio de formas e funções significativas para Belém. Um espaço que foi sendo usurpado do cotidiano ao longo do tempo, mas, ainda, guarda valores simbólicos que se transformam diante da reestruturação urbana por que vem passando essa metrópole.

## **Uma breve introdução**

A importância dos rios, baías, furos e igarapés como principais meios de circulação para o desenvolvimento do comércio e da circulação dos produtos extraídos, produzidos e consumidos na região amazônica é incontestável. Assim, a cidade de Belém desde os primórdios da colonização portuguesa, passou a representar o principal entreposto comercial da região, fato que contribuiu para o intenso processo de ocupação em sua orla fluvial; a qual passou a ser utilizada principalmente para fins portuários. Todo esse processo ocorreu sem o devido controle por parte do poder público, deixando esse espaço à mercê de disputas do interesse privado das atividades mercantis e portuárias, fato que acabou por usurpar do cotidiano dos belenenses o contato direto com o rio e a baía que os circundam, deixando literalmente a população “a não ver navios”.

Desde o final da década de 1990, projetos de revitalização e reestruturação urbana de alguns segmentos da extensa orla fluvial da Cidade de Belém, buscam constituir as denominadas “janelas para o rio”, que têm como principal finalidade proporcionar a recuperação do contato do belenense com os principais corpos d’água que emolduram a porção continental desse município; o Rio Guamá e a Baía do Guajará.

A Lei federal n.º10.257, de 10 de julho de 2001, passou a definir em parte, as diretrizes gerais da atual política urbana do Brasil. Tal lei acaba por regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e a originar o Estatuto da Cidade, no qual fica explícito a necessidade de articular os instrumentos de planejamento e de desenvolvimento como forma de intervenção no urbano; a fim de que se garantam as funções sociais da cidade e do bem-estar de seus habitantes, posto que através desse estatuto ficaram estabelecidas as normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (OLIVEIRA, 2001; SANTOS JUNIOR, 1995).

Nesse sentido, o presente artigo verificará algumas diretrizes de planejamento e de gestão utilizadas pelo poder público municipal de Belém no intuito de resgatar o espaço de sua orla fluvial em prol do bem coletivo, identificadas através da análise dos principais instrumentos de planejamento e de desenvolvimento urbano presentes nas legislações urbanísticas, nos planos de governo e nos programas e projetos de urbanização específicos voltados para esse espaço da cidade. A base empírica selecionada para essa discussão foi o Projeto Ver-o-Rio, da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), a qual foi pesquisada até o ano de 2002.

## **Planejamento e gestão urbana na orla de Belém**

Os instrumentos analisados a seguir, possuem em seus conteúdos orientações relevantes para o uso, controle e ordenamento do espaço urbano. Porém, é importante ressaltar que o enfoque deste trabalho está voltado para o espaço intra-urbano da orla de Belém. Assim, as leis, planos, programas e projetos urbanísticos não serão trabalhados em sua íntegra, mas somente no que diz respeito às diretrizes que impliquem alguma orientação para o uso, controle e gestão da faixa de orla da cidade.

O primeiro dos instrumentos a ser mencionado é o Plano Diretor Urbano de Belém, que corresponde à Lei n.º 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Esta Lei pode ser definida como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana que visa a cumprir a função social da cidade e da propriedade imobiliária de fins urbanos, conforme estatuído no artigo 182 da Constituição Federal. Busca, também, orientar e integrar a ação dos agentes públicos municipais, metropolitanos, estaduais e federais e os privados na produção, apropriação, consumo e gestão da cidade de Belém, com vistas a garantir o bem-estar individual e coletivo dos seus habitantes.

Neste documento destacam-se objetivos específicos para a orla de Belém, estabelecidos no intuito de promover o desenvolvimento da política de produção e organização do espaço urbano, são eles:

- promover a recuperação e a conservação das áreas públicas, resgatando-as para usos coletivos e paisagísticos;
- resgatar e valorizar a fisionomia e a visualização dos elementos peculiares à cidade de Belém, como o rio, a baía, os igarapés, as mangueiras e a paisagem construída, especialmente os elementos representativos do patrimônio histórico-cultural;
- enfatizar a recuperação da capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e da baía do Guajará pelo cidadão, resgatando, simbolicamente, as origens ribeirinhas de Belém;
- resgatar áreas da orla fluvial de Belém para uso coletivo, com a criação e ampliação de "janelas" para o rio Guamá e para a baía do Guajará;
- controlar a ocupação verticalizada nas áreas de baixadas e nas orlas fluviais, especialmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua (BELÉM, 1993).

Outro documento de grande relevância para o desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano é a Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU), que data de 13 de Setembro de 1999 e dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém. A LCCU, em conjunto com o PDU, é indispensável para um

desenvolvimento urbano que pressuponha a democratização do acesso a bens, serviços e qualidade ambiental a todos os habitantes e usuários, que só será possível se for assegurada a função social da cidade e da propriedade imobiliária de fins urbanos, como verificado no PDU (BELÉM, 1999).

Dentre as políticas setoriais implementadas e definidas pela LCCU, a do meio ambiente, apresenta objetivos de desenvolvimento urbano bem articulado com o espaço de orla e com o objetivo proposto por esse trabalho. Em seu art.12, fica evidente a necessidade de controle do espaço urbano, em especial, da orla, como modo de garantir que os conjuntos morfológicos tenham um potencial térmico compatível com as condições climáticas regionais, sendo importante assegurar:

- a maximização de áreas verdes, através da criação de praças, parques e estímulo à preservação de áreas intersticiais no tecido urbano;
- a orientação da expansão e verticalização da cidade de modo a assegurar melhor aproveitamento dos ventos gerais do continente e das brisas do Rio Guamá e Baía do Guajará;
- a eliminação de barreiras entre a cidade e a Baía do Guajará e o Rio Guamá, restabelecendo a circulação dos ventos (BELÉM, 1999).

Os Planos de governo e planos plurianual dos dois mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), são, também, de grande importância para compreender as estratégias de promover o planejamento e o desenvolvimento do espaço urbano de Belém.

No primeiro mandato de 1998 a 2001, a Prefeitura Municipal de Belém, teve suas ações fundamentas nas Marcas de Governos<sup>1</sup>, intituladas: “Dar um futuro às Crianças e Adolescentes”; “Sanear Belém”; “Saúde para Todos”; “Revitalizar Belém”; “Transporte Humano e Participação Popular” que buscavam englobar os principais problemas do Município, na ótica e perspectiva do Governo do Povo<sup>2</sup>.

No que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano, a marca “Revitalizar Belém” apresenta importantes diretrizes, projetos e ações para enfrentar a deterioração urbana e reduzir os contrastes entre o centro e a periferia urbana, a fim de recuperar a identidade da cidade por meio da valorização de seu patrimônio histórico e arquitetônico e da paisagem de sua orla (FRENTE BELÉM POPULAR, 1996).

Os rios, sem dúvida, são os principais elementos naturais formadores da realidade sócio-econômica amazônica, com os quais a população criou, ao longo do tempo, uma íntima relação simbólica e funcional, utilizando-os para contemplação, lazer, meio de transporte e atividades econômicas. É nesse sentido que o plano de governo e o plano plurianual vão

dispor de intervenções urbanísticas no afã de resgatar o contato entre a cidade e o rio. O objetivo central dessas ações foi de promover espaços públicos na orla (MARTINS, 2000).

O Plano Plurianual de 1998/2001 reafirma a revitalização urbana, econômica e cultural da cidade como uma ação importante para melhorar a qualidade de vida no espaço urbano, pois suas ações vão além de um tratamento estético ou revigoração econômico-cultural isolados. Sua concretização ocorre através de uma política pública integrada de todos os órgãos municipais interessados na transformação de Belém, seja pela preservação de seu patrimônio histórico e ambiental e valorização da cultura regional, seja pela geração de emprego e renda, através do desenvolvimento do lazer e do turismo. Por isso, o referido Plano Plurianual contém ações, entre outras, de desobstrução da orla da cidade, que pretendem melhorar o micro-clima da área e criar mais espaços de lazer e cultura, gerando novas oportunidades de trabalho através do incremento do turismo (BELÉM, 1998).

**QUADRO 01 – DIRETRIZES DO PLANO PLURIANUAL (1998/2001) VOLTADAS PARA A ORLA DE BELÉM.**

AÇÕES	OBJETIVOS	METAS
Gestão do Espaço Urbano	Desobstruir a orla da cidade para melhorar o microclima e criar novas opções de lazer para a população – Projeto Ver-o-Rio.	Remover 10% da ocupação das áreas públicas da orla do Rio Guamá e da Baía do Guajará; Implementar o projeto Ver-o-Rio nas orlas de Icoaraci e ilhas.
Orla Fluvial	Evitar o processo de erosão ao longo da orla fluvial.	Construir muro de arrimo.
Fomento ao Turismo	Fomentar o turismo histórico-cultural, social e de eventos no Município.	Implantar terminal Turístico da Praça Princesa Isabel; Implantar o Complexo turístico da SOTAVE.
Feiras, mercados e vias públicas	Recuperar e reordenar os espaços da Feira do Açaí, mercado e feira do Ver-o-Peso, através da elaboração e execução do Projeto “Ver-o-Peso”.	Reorganizar, padronizar e equipar 100% das barracas das feiras; Recuperar a infra-estrutura de 100% da área do Ver-o-Peso como um todo. Reordenar a ocupação de 100% das atividades e restaurar 100% os mercados de peixes e de carne.

FONTE: PMB (1998)

No segundo mandato da Frente Belém Popular, o ideário que passa a permear as diretrizes de planejamento e desenvolvimento urbano previsto no Plano de Governo e no Plano Plurianual de 2002/2005, foi estruturado a partir das decisões tomadas no “Congresso da Cidade”<sup>3</sup>. Nesse sentido, o planejamento urbano passou a ser considerado em uma perspectiva mais ampla e, ao mesmo tempo, mais pragmática, dimensionando-o como desenvolvimento sócio-espacial urbano. Prevvia um desenvolvimento que não fosse apenas

sinônimo de modernização e crescimento econômico da cidade através de uma perspectiva ecocêntrica do desenvolvimento urbano sustentável, na qual as formas e os processos da natureza são destacados em detrimento do homem como ser social e natural (FRENTE BELÉM POPULAR, 2001).

A partir desta lógica foi imprescindível a existência de uma diretriz que visasse uma estrutura de organização espacial urbana que considere as formas geográficas da cidade e seus conteúdos/relações, a partir dos quais sejam criados e ampliados espaços públicos e de uso coletivo em que os cidadãos não sejam transformados em simples consumidores ou usuários de serviços e equipamentos, mas que possam ser vistos e reconhecidos em sua dimensão comunitária, criando-se, assim, o sentido da apropriação coletiva desses espaços em substituição ao sentido da propriedade individual e privada (FRENTE BELÉM POPULAR, 2001).

Dentre as ações de um planejamento urbano alternativo, para promover o desenvolvimento local, na área específica deste estudo, estão:

- O programa de reestruturação da orla fluvial – “Orla Viva”. Este pretende dar continuidade à valorização da fisionomia da cidade, reintegração do rio ao convívio coletivo, estímulo ao uso para as atividades de cultura, lazer, tráfego e transporte, destaque à paisagem urbana e à qualidade ambiental;
- O programa “Transporte mais Humano”. Neste, a mobilidade na cidade passa pela transformação da relação da cidade com o rio, através da consolidação do transporte fluvial municipal, bem como sua integração operacional com os demais modos: ônibus, automóveis e bicicletas;
- O programa “Rio Minha Rua”, que faz parte de um transporte com maior qualidade ambiental e possui ações que vão influenciar diretamente no espaço da orla, como é o caso da construção, manutenção e gerenciamento da infra-estrutura portuária municipal: trapiches públicos e o Plano de transporte fluvial em consonância com o Plano de Desenvolvimento das Ilhas, com o Projeto de Revitalização da Orla de Belém.
- No programa “Belém, uma Capital Cultural Amazônica: cidadão como produtor social de cultura”, existe uma relação marcante com os propósitos deste trabalho, referindo-se ao forte nexos urbanístico de recuperação de praças, logradouros e monumentos públicos ligados a ícones da cultura local como a Praça Waldemar Henrique, o Ver-ô-Peso, o Palacete Bolonha, o Mercado de São Braz e a própria Baía do Guajará, contemplada pelo Projeto Ver-o-Rio (FRENTE BELÉM POPULAR, 2001).

As diretrizes dessas ações de governo estavam atreladas ao tema “Cultura, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente”. Sua proposta consistia em implantar um programa de cultura para a cidade de Belém, sobretudo, em buscar ações que articulem com o espaço urbano da metrópole questões referentes à sustentabilidade sócio-ambiental urbana, pois Belém é uma cidade que possui uma orla profundamente degradada do ponto de vista sócio-ambiental. A continuidade do Projeto Ver-o-Rio caracterizou-se como uma das ações referidas para o desenvolvimento do urbano, da cultura e meio ambiente.

**QUADRO 02 – DIRETRIZES DO PLANO PLURIANUAL 2002/2005, PARA O ESPAÇO DA ORLA DE BELÉM.**

DIRETRIZES	OBJETIVOS	AÇÕES	METAS
Desenvolvimento Urbanístico e Ambiental.	* Promover o desenvolvimento urbano, fortalecendo uma organização espacial urbana inclusiva, tendo como referência o projeto estratégico e democrático de cidade que resgata a dimensão política e educativa do controle social;	Implantar o projeto Orla Viva.	* Recuperar a Orla do Outeiro; * Construir 800 m de muro de arrimo na Baía do Sol em Mosqueiro; * Construir na Orla do Rio Guamá 2 Quiosques, 1 museu, 1 espaço multiuso; * Construir na Orla da Baía do Guajará 2 Quiosques e 2 Quadras de
Desenvolvimento Humano por uma Economia Solidária.	*Criar e ampliar oportunidades de geração de trabalho e renda, identificando as alternativas econômicas compatíveis com as vocações locais e com as possibilidades do povo, a fim de resgatar a centralidade do trabalho como mecanismo de integração e de restituição da dignidade humana.	Implantar Complexo Turístico.	* Implantar 1 Complexo Turístico no Tucunduba; * Implantar 01 (um) Complexo Turístico no Ver-o-Rio.

FONTE: FRENTE BELÉM POPULAR (2001).

**QUADRO 03 - DIRETRIZES PARA O ESPAÇO DE ORLA PRESENTES NO “CONGRESSO DA CIDADE”.**

Eixo Temático	Diretriz Programática	Projeto	Propostas de Revitalização da Orla
Desenvolvimento Urbanístico e Ambiental	Os interesses coletivos orientam o desenvolvimento da cidade	Belém Cidade das Águas	* Abertura de Janelas para o rio – Pratinha/Cotijuba (próximo ao porto); * Remanejar pessoal que trabalha na Av. Bernardo Sayão, Av. Tamandaré e Rodovia Arthur Bernardes, abrindo janelas para o rio; * Acesso às áreas coletivas disponíveis na orla; * Valorização da Orla de Belém: Ver-o-Peso, Ver-o-Rio, Orla Viva, Una, Pratinha, Tapanã e Icoaraci, implementando sua utilização para fins relacionados à educação ambiental e cultural de Belém, e geração de emprego e renda.

FONTE: SEGEP/PMB (2002)

Entre os planos mais específicos produzidos pelo poder público para o desenvolvimento e ordenamento do espaço da orla de Belém através de diretrizes e propostas de ações de intervenções urbanísticas está o Plano de Reestruturação da Orla de Belém (PRO-BELÉM). A elaboração e coordenação do PRO-BELÉM, ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e de instituições municipais que possuem pretensões afins em relação à orla. A área desse plano compreende a faixa mais urbanizada da orla continental do Município de Belém, ou seja, uma área delimitada pela Baía do Guajará e pelo Rio Guamá, e pelas seguintes vias paralelas a esses corpos d'águas: avenida Bernardo Sayão; rua do Arsenal; avenida Almirante Tamandaré; rua São Boaventura; Beco do Carmo; ruas Siqueira Mendes e Padre Champagnat; Boulevard Castilhos França; avenidas Marechal Hermes, Pedro Álvares Cabral; Rodovia Arthur Bernardes; e as ruas Siqueira Mendes e do Cruzeiro, no distrito de Icoaraci. É um instrumento que visa a intervir pontualmente, no sentido de resgatar alguns espaços ao longo da orla, que se traduz através da "Urbanização Ver-o-Rio" (BELÉM, 2000).

O Programa "Urbanização Ver-o-Rio" significou reestruturar e requalificar a orla, com o objetivo de valorizar a fisionomia da cidade, através da visualização de seus elementos peculiares, integrando-a ao convívio da população; ordenando as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transportes; e recuperando a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental (BELÉM, 2000). Para cumprir com esse objetivo, o plano propõe a execução de algumas ações, tais como: elaborar um plano de uso e ocupação da orla; ordenar espaços para terminais fluviais de cargas e passageiros; criar um novo corredor de tráfego interligando o centro à área de expansão da cidade e integrar o transporte fluvial com o rodoviário.

Devido à sua extensão e diversidade de uso e ocupação, o PRO-BELÉM optou pela setorização da orla, pois a delimitação de sub-áreas homogêneas permite trabalhar de forma separada; além de concentrar esforços e investimentos na recuperação das mesmas. Segundo a definição de setores de intervenção proposta por esse instrumento para a orla, o Setor 05 é a sub-área da orla que vem sofrendo intervenções com o Projeto Ver-o-Rio, em especial com a abertura da Av. Ruy Barata.

O setor 05 compreende a faixa entre o Ver-o-Rio e o Igarapé do Jacaré. Tem aproximadamente 2,7 Km de extensão, o que corresponde a 9,6% da orla considerada pelo "PRO-BELÉM". Este setor caracteriza-se pelo predomínio do uso do solo de atividades de grande porte, como: indústrias, transportadoras, comércio varejista, concessionárias de veículos, etc. Apresenta também o uso habitacional e comércio de pequeno porte (BELÉM, 2000).

No intuito de melhor definir a política pública de desenvolvimento urbano a ser implantada no setor 05 da orla, o “PRO-BELÉM” selecionou problemáticas e diretrizes relacionadas ao uso e ocupação do solo, infra-estrutura e saneamento básico, meio ambiente e legislação urbanística, acompanhadas de respectivas ações, como mostra o quadro abaixo:

**QUADRO 04 – PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO PARA ORLA NO SETOR 05.**

<b>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>		
<b>Problemática</b>	<b>Diretriz</b>	<b>Ações</b>
*Uso e ocupação desordenada do espaço urbano	*Desobstruir trechos da orla para fins de uso público, principalmente com incentivo à transferência de algumas edificações, eliminando assim barreiras visuais	* Elaborar e implantar projeto para o remanejamento / relocação das habitações irregulares;
		* Definir áreas preempas conforme asseguradas no PDU;
		* Promover a desapropriação ou transferência dos usos localizados nas áreas de interesse; Fiscalizar e controlar as ocupações ao longo da orla;
		* Desobstruir e complementar trechos da Rua de Belém;
		* Adequar Zoneamento e índices de ocupação para área de orla;
		* Continuidade da implantação das demais fases do Projeto Ver-o-Rio
<b>INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BÁSICO</b>		
<b>Problemáticas</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Ações</b>
* Inundação e alagamentos, tendo como consequência a ocorrência de doenças infecto-contagiosas, com prejuízo físico e financeiro;	*Adotar programas de educação ambiental;	* Promover a educação ambiental nas escolas e comunidades com o objetivo de formar agentes multiplicadores;
* Ausência de sistema de tratamento de esgoto.	* Adotar medidas preventivas em relação aos fenômenos da natureza;	* Elaborar e implantar projeto para sanear áreas insalubres e promover educação ambiental;
	* Implantar, recuperar e manter a infra-estrutura existente;	*Mudanças estruturais no sistema viário, com a abertura de uma via margeando a orla, prolongamento da Av. Rui Barata até a confluência com a Av. Arthur Bernardes
	* Implantar sistema alternativo de esgoto	

MEIO AMBIENTE		
Problemática	Diretrizes	Ações
* Ausência de arborização nas vias existentes;	* Arborizar as vias existentes;	* Elaborar e implantar projetos de paisagismo com propostas de plantio de árvores adequadas à via pública;
* Aterro das margens do rio Guamá e bafa do Guajará	* Impedir aterro inadequado das margens da orla;	* Implementar fiscalização ambiental com monitoramento através de registro fotográfico de multas
	* Estabelecer programas de conscientização ambiental	* Implantação de uma Marina, próxima ao Curro velho, como suporte para o desenvolvimento turístico da cidade
LEGISLAÇÃO		
Problemática	Diretrizes	Ações
* Atividade em desconformidade com a legislação urbanística;	* Incentivar a transferência dessas atividades para locais adequados previstos pela legislação municipal e promover a ocupação em conformidade com o permitido;	* Elaborar e implantar projeto de normatização que desincentive os usos desconformes, através da incidência de tributações e incentivar a transferência das atividades para o Distrito Industrial de Icoaraci;
* Ocupações das vias públicas por edificações irregulares.	* Ordenar a ocupação do espaço público, com a desobstrução das vias existentes	* Realizar remanejamento de ocupações irregulares nas vias públicas;
		* Desobstrução de alguns trechos da Rua Belém, que ligará a Av. Visconde de Souza Franco até a Av. Arthur Bernardes

Fonte: PRO-BELÉM/SEURB/PMB (2000)

Além do programa especial de urbanização para a orla de Belém, verificado pelas diretrizes do PRÓ-BELÉM, existem também projetos especiais de urbanização, como é o caso do Projeto Ver-o-Rio, que representa, ao mesmo tempo, um exemplo de instrumento de planejamento e desenvolvimento urbano para Belém e a própria ação de intervenção urbana pública na orla.

### **PROJETO VER-O-RIO: UMA INTERVENÇÃO URBANA NA ORLA DE BELÉM**

O Projeto Ver-o-Rio é uma das intervenções urbanísticas que foram implementadas na área central da cidade de Belém, ou para ser mais específico espacialmente, na orla central de Belém. Isso pode ser explicado, em parte, pela tendência de redefinição funcional comum nesta porção do espaço urbano (CORRÊA, 1995). Dentre os projetos de intervenção urbana na orla central que merecem destaque, estão: o Projeto Ver-Belém, o Projeto Feliz Lusitânia,

o Ver-o-Peso, a Praça do Pescador, a Estação das Docas, Mangal das Garças e Projeto Ver-o-Rio. Tais intervenções abrangem praticamente toda a extensão da orla central.

Para CORRÊA (1995), a área central de uma cidade está segmentada em dois setores: o núcleo central, também denominada de área *core* ou *Central Business District* (CBD), e a Zona Periférica do Centro, também denominada de *frame, zone in transition* ou zona de obsolescência. Sendo o espaço uma produção social, o processo social da centralização corresponde à forma espacial da área central das cidades, a qual se constitui no foco principal da cidade e de sua hinterlândia, pois nela estão concentradas as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, além dos terminais de transportes inter-regionais e intra-urbano (CORRÊA, 1995).

O Projeto Ver-o-Rio está localizado no segundo segmento da área central definida por CORRÊA (1995), como a Zona Periférica do Centro, que tem como principais características:

- O uso semi-intensivo do solo, com atividades de comércio atacadista, armazenagem e indústrias leves, além da existência de terrenos abandonados;
- A ocupação de prédios baixos que consomem bastante espaço;
- Extensa área de cais, armazéns e atividades conexas ao sistema portuário, associado a estas atividades, mas não exclusivamente, aparece um sub-setor de diversões de baixo status social;
- Área residencial de baixo status social.

A zona periférica do centro é o setor da área central que se constitui como principal foco da política de renovação urbana, sobretudo, com a substituição de prédios residenciais deteriorados por novos edifícios de apartamentos, que acarretam a substituição do conteúdo social dessa área. O que outrora era um espaço habitado por uma classe de baixo status social, passa a servir aos interesses da classe média (CORRÊA, 1995).

O Projeto Ver-o-Rio buscou abrir uma “janela” para a baía do Guajará 480 metros de orla para a baía do Guajará, que corresponde ao trecho da Travessa Dom Romualdo de Seixas até a Travessa Soares Carneiro; no bairro do Umarizal. Este projeto possui uma área total de 25 mil metros quadrados e foi orçado em R\$ 1,8 milhões. Ele fez parte de um programa denominado de “Este Rio é Minha Rua”; o qual buscou promover a abertura da orla de Belém ocupada irregularmente há séculos.

Após a implementação do projeto foi verificado, a partir de observação em campo, se as diretrizes previstas pelos instrumentos de planejamento urbano expostas anteriormente foram implementadas de forma satisfatória (1), parcialmente (2) ou insatisfatoriamente (3), conforme pode ser observado no QUADRO 05.

**QUADRO 05 – DIRETRIZES ESPECÍFICAS DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO IMPLEMENTADAS NO PROJETO VER-O-RIO**

Diretrizes	Aplicação ao projeto Ver-o-Rio	Implementação		
		1	2	3
Promover a recuperação e a conservação das áreas públicas, resgatando-as para usos coletivos e paisagísticos	Boa parte da área do projeto foi consequência da recuperação de áreas de uso privado da orla, as quais foram transformadas em espaços públicos, porém o projeto não pôde ser concluído por resistência jurídica de empresas instaladas na área		X	
Resgatar e valorizar a fisionomia e a visualização dos elementos peculiares à cidade de Belém, como o rio, a baía, os igarapés, as mangueiras e a paisagem construída, especialmente os elementos representativos do patrimônio histórico-cultural	Mesmo incompleto, o projeto Ver-o-Rio, através das etapas já concluídas, permitem o resgate e a valorização da visualização (paisagem), da baía do Guajará	X		
Ênfase à recuperação da capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e da Baía do Guajará pelo cidadão, resgatando, simbolicamente, as origens ribeirinhas de Belém	Com a Praça Ver-o-Rio, foi criado um novo espaço público na orla da baía do Guajará	X		
Resgatar áreas da orla fluvial de Belém para uso coletivo, com a criação e ampliação de "janelas" para o rio Guamá e para a baía do Guajará.	O projeto Ver-o-Rio é um exemplo de criação, que, a partir da complementação de suas etapas, visa a ampliar ainda mais a "janela" para a baía do Guajará	X		
Controlar a ocupação verticalizada das áreas de baixadas e nas orlas fluviais, especialmente nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua.	Foram verificados prédios de alto status social sendo construídos na Avenida Pedro Álvares Cabral, uma das vias que estão nos limites da área do projeto			X
Maximização de áreas verdes, através da criação de praças, parques e estímulo à preservação de áreas intersticiais no tecido urbano;	Praça Ver-o-Rio, através de suas áreas verdes de convivência e paisagismo dos canteiros	X		

Diretrizes	Aplicação ao projeto Ver-o-Rio	Implementação		
		1	2	3
Orientação da expansão e verticalização da cidade de modo a assegurar melhor aproveitamento dos ventos gerais do continente e das brisas do Rio Guamá e Baía do Guajará	Com a abertura da “janela” do Ver-o-Rio, tem-se aproveitado as brisas do Guajará	X		
Eliminação de barreiras entre a cidade e a Baía do Guajará e o Rio Guamá, restabelecendo a circulação dos ventos	Com a abertura da “janela” do Ver-o-Rio, tem-se aproveitado as brisas do Guajará	X		
Evitar o processo de erosão ao longo da orla fluvial.	Construção do muro de arrimo do Ver-o-Rio	X		
Valorização da Orla de Belém: implementando sua utilização para fins relacionados à educação ambiental e cultural de Belém, e geração de emprego e renda	Atividades comerciais desenvolvidas nos equipamentos urbanos do projeto, são revestido para o Programa Bolsa Escola da PMB. O espaço do ver-o-rio é utilizado para realização eventos culturais, como exemplo do canto cabano e de realização de feira de artes	X		
Arborizar as vias existentes.	Existe uma arborização ainda insuficiente na área do projeto		X	
Estabelecer programas de conscientização ambiental.	O projeto apresenta um grau de deterioração de seus equipamentos coletivos e a presença constante de lixos pelo ambiente, inclusive na baía. É um demonstrativo do nível de consciência ambiental das pessoas que frequentam este espaço		X	
Ordenar a ocupação do espaço público, com a desobstrução das vias existentes	O projeto conseguiu desobstruir a travessa Dom Romualdo de Seixas e a Soares Carneiro, porém até agora só a primeira encontra-se aberta ao público. O grande desafio agora é desobstruir a travessa Dom Pedro I		X	

FONTE: Trabalho de campo jun./jul. 2002.

O “Projeto Ver-o-Rio” representa uma intervenção urbanística orientada nas diretrizes previstas pelo PDU e LCCU, que visam definir novos usos para este espaço como: o lazer contemplativo, a partir da construção de bancos situados de frente para a baía do Guajará; a prática de esportes náutico; usos voltados ao turismo cultural e para a prática de caminhadas e “*cooper*”, integrando, este último a uma prática que já vem sendo feita há algum tempo na Avenida Visconde de Souza Franco(Doca). Além do lazer, este espaço público, visava

contribuir na geração de renda para as famílias dos menores assistidos pelo Programa da Bolsa-Escola<sup>4</sup>.

A praça oferece como infra-estrutura de serviços dois bares; um palco para shows; quatro cabanas para venda de comidas típicas, com bancos de madeira; um *playground* com equipamentos de lazer para crianças, um escorregador e três gangorras; inspirados nos brinquedos de miriti, muito vendido na época do Círio de Nazaré. Há, ainda, bancos de cimento onde os visitantes podem sentar e apreciar a bela paisagem de um final de tarde na margem do Guajará. A praça passou a servir, também, de lugar de realização de feiras de artesanatos e de eventos culturais.

A arquitetura da praça apela para materiais e formas relacionados à regionalidade, como podem ser observados nos quiosques que servem de bares e lanchonetes que vendem iguarias típicas. Tais quiosques são cobertos por piaçava, pois, segundo os arquitetos da SEURB, é um material que permite a execução de formas onduladas, dando uma plasticidade e conforto térmico desejado, e, que, visualmente, lembra o movimento da Cobra Grande (FOTO 01), que sobrevive no imaginário popular.



FOTO 01 – PRAÇA VER-O-RIO

FONTE: Emmanuel (jun./2002)

NOTA: Quiosques de lanche e comidas típicas interligados por cobertura de piaçava.

Existem três formas de se chegar ao Projeto Ver-o-Rio ou à Praça de mesmo nome, uma delas é pela Av. Ruy Barata, através da Doca Souza Franco ou da Av. Marechal Hermes; a outra, pela Trav. Dom Romualdo de Seixas, a partir da Av. Pedro Álvares Cabral; e a terceira, pela baía do Guajará, acesso fluvial. Desses três acessos, o da Travessa Dom Romualdo de Seixas, acabou se tornando como o portal principal do Projeto.

## A conquista de espaço público na orla de Belém

Nas obras públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado do Pará, como por exemplo, a Estação das Docas, pode-se observar uma proposta urbanística pautada na sofisticação e arrojo, que seguem parâmetros globais de arquitetura. Assim, o espaço urbano passa por um processo de elitização e privatização quanto ao seu uso, o qual é explorado por um empresariado já consolidado no mercado local. Por outro lado, projetos urbanísticos como o Ver-o-Rio, buscam-se desenvolver-se arquitetonicamente através de traços presentes na regionalidade amazônica, e objetiva o uso coletivo e público dos equipamentos urbanos, que podem ser explorados por cooperativas articuladas com projetos sociais de geração de emprego e renda da PMB.

Nesse sentido, diferentes tipos de abordagens de planejamento e gestão estão sendo implementadas através de políticas públicas urbanas na cidade de Belém. Essas podem ser analisadas a partir de 3 elementos principais, como pode ser verificado no quadro 06:

**QUADRO 06 – DIFERENTES TIPOS DE ABORDAGEM DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O ESPAÇO URBANO DE BELÉM**

<b>Elementos de Análise</b>	<b>Projeto Ver-o-Rio</b>	<b>Projeto Governo do Estado</b>
Quanto a forma	Regionalismo	Padronização arquitetônica e paisagística
	Identidade regional	Identidade Global
	Simplicidade	Sofisticação, luxo, arrojo
Quanto ao Uso	Público	Privado
	Coletivo	Seletivo
	Socialização	Elitização
Quanto às Políticas Sociais de Geração e Emprego e Renda	Cooperativas	Empresariamento consolidado
	Articulação de projetos sociais	Setorização política
	Solidariedade	Competitividade
	Fins sociais	Mercado
	Objetivos endógenos	Objetivos exógenos
	Controle social	Controle privado
	Cidade para si	Cidade para o turismo

Fonte: Emmanuel Santos / 2002 (Org.)

A proposta de planejamento e gestão da intervenção urbanística do Projeto Ver-o-Rio, teve por princípio a preocupação de criar uma cidade para o seu morador. Um espaço com formas espaciais que pudessem ser reconhecidas através do saber e do imaginário regional. Um espaço constituído por recursos materiais e humanos locais, através da adoção de material

de construção regional e da articulação das atividades de serviços da área do projeto com os programas de assistência social desenvolvidos pelo poder local.

Assim, o espaço da orla ganha uma dimensão pública, devendo compreender que os atributos de um espaço público são aqueles que têm uma relação direta com a vida pública, ou seja, um espaço onde ocorra a co-presença de indivíduos realizando uma atividade pública (GOMES, 2002). Compreender a noção de espaço público como um espaço para o desenvolvimento da cidadania, esclarece em boa medida as metas de recuperação da orla de Belém enquanto um espaço público.

É nesse sentido que o projeto Ver-o-Rio busca urbanizar e redefinir o uso do solo da orla de Belém. Ele faz parte de um plano maior de revitalização urbana através do resgate do convívio com as águas fluviais que margeiam a cidade. Para tal, visa recuperar espaços públicos de contato entre a cidade e o rio. É importante salientar que intervenções urbanísticas acabam por resultar em novos processos de ordenamentos espaciais, o que pode possibilitar a ruptura do processo histórico de produção espacial de uma orla de uso privado, ou, então, reforçar e dar continuidade ao padrão de ocupação já existente. Tal consideração torna-se importante, pois esta análise se volta sobre uma intervenção urbanística que tem, em sua essência, a predisposição de alterar o tipo de ocupação e usos, delineados historicamente, no espaço urbano de Belém, particularmente em sua faixa de orla fluvial.

O planejamento e gestão do espaço urbano de Belém, especificamente de sua orla, que teve historicamente um caráter excludente. Seus benefícios foram limitados aos agentes econômicos de maior poder de barganha, excluindo os demais cidadãos ao “direito pleno à orla”, tanto em seu sentido material como lúdico. Assim, a beira rio fica “às margens” da cidade, no sentido do “direito à cidade”:

(...) cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (...) (LEFEBVRE, 1991, p.04).

A escolha do Projeto Ver-o-Rio como exemplo de intervenção urbana na orla de Belém se deu, justamente, em função do seu objetivo em recuperar segmentos de orla ocupados por instituições privadas, que, indiscriminadamente, passaram a obstruir praticamente todas as vias públicas que chegavam até a beira da baía do Guajará. Apesar desse projeto representar um ganho de espaço público relativamente pequeno diante dos segmentos de orla ocupados para fins particulares, ele pode ter inaugurado um novo processo de reconquista territorial desse espaço intra-urbano para fins de uso coletivo.

Entre as vantagens da intervenção urbanística em questão para a produção de um espaço público, como matriz territorial do exercício da cidadania e no direito à cidade de Belém, pode-se destacar:

- a) a contribuição para o êxito da política urbana desenvolvida pela PMB, a qual pretende resgatar a identidade e a auto-estima cultural de Belém, por meio da recuperação de espaços públicos de contato com o rio, por se este uma parcela do tecido urbano de grande expressão simbólica e histórica para a cidade, com o objetivo de transformar usos particulares em uso coletivo de lazer e turismo;
- b) uma nova área de lazer público, a Praça Ver-o-Rio, através de seus instrumentos urbanos coletivos vem contribuindo para a ocupação do espaço de orla para fins lúdicos e culturais, redirecionando a tradição das praças de Belém concentradas nas áreas de cotas topográficas mais elevadas da cidade; agora, a Praça Ver-o-Rio cria um novo roteiro e opção de lazer público no espaço urbano da cidade, oferecendo atrativos à população que só as amenidades naturais de um espaço ribeirinho podem possibilitar;
- c) a constituição de um considerável espaço público na orla; com isso, o Projeto Ver-o-Rio passou a ser um exemplo do esforço de contradizer a tendência contemporânea do recuo da cidadania verificada nos grandes centros metropolitanos do País, pois, sem dúvida, é um espaço público, onde ocorre o encontro dos cidadãos em seus vários níveis de diferenças sociais. Nota-se que, segundo GOMES (2002), esta cidadania não é definida pela relação abstrata entre o Estado nacional e os indivíduos, mas pelos indivíduos de uma coletividade;
- d) a sua preocupação com os valores regionais, que diferente de outros projetos já implementados ou em andamento no espaço de orla central da cidade, teve a preocupação de valorizar a arquitetura e a matéria-prima regional;
- e) a sua área de intervenção ser completamente integrada ao tecido urbano, através de três possibilidades de acesso ao mesmo, que permite o ir e vir de pessoas a qualquer hora do dia, em qualquer dia do ano, diferentemente da realidade de outros projetos existentes. Tal integração possibilita e estimula com os diferentes segmentos sociais, com diferentes expectativas e interesses, a nutrir-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo os particularismos e reafirmando o estatuto de uma sociedade pautada na civilidade e no diálogo (GOMES, 2002).

Entretanto, é bom não criar expectativa de que a criação de espaços públicos na área de orla fluvial trará de volta todos os valores e comportamentos ribeirinhos outrora existentes. Esses não poderão mais ser recuperados em sua totalidade e originalidade simbólica e de

vivência, pois a forma de organização social e econômica não é a mesma do passado. Assim, novas relações sociais passaram a se estabelecer desde que a orla passou por um intenso processo de ocupação. Hoje, novos olhares buscam interpretar o que foi, em outros momentos e contextos históricos, um espaço ribeirinho da cidade; porém, a abertura de espaços públicos na orla não permite recuperar os velhos símbolos da vida ribeirinha, da mesma maneira e intensidade do passado. Neste sentido, novos valores contemporâneos sobre a beira-rio, vão se impondo diante do reencontro com o contato da orla através de um novo espaço público, e das novas relações sócio-espaciais extraídas desse mesmo espaço.

### **Considerações finais**

É importante ressaltar as possíveis conseqüências, mesmo que indiretas, que as intervenções no espaço de orla podem começar a provocar. Talvez não sejam direcionadas para as intervenções em si, mas para a própria postura do poder público, em especial o municipal, diante da valorização da zona periférica central de Belém, que não está sofrendo um processo de renovação urbana apenas para fins de lazer e turístico, mas também para um mercado imobiliário em expansão.

É bem provável, que se esteja configurando uma largada de um processo diferencial do uso do solo nas áreas de entorno da orla, em especial do entorno do Projeto Ver-o-Rio, que se localiza próximo de um das áreas que possuem o metro quadrado mais valorizado da cidade: a Av. Visconde de Souza Franco no Bairro do Umarizal. Como já foi dito antes, a renovação urbana é uma das tendências da Zona Periférica do Centro, e com o desenvolvimento do projeto de Revitalização de Áreas Portuárias (REVAP) e do Plano de Desenvolvimento de Zoneamento (PDZ) da CDP, ocorre uma grande tendência de valorização e elitização desse espaço intra-urbano.

Apesar dessa preocupação ser tema para um novo artigo, pode-se insistir que a mesma é um pouco mais que uma hipótese, pois se verificarmos o quadro referente ao uso do solo da área do entorno do projeto, fica comprovado que grandes terrenos sem uso na Avenida Pedro Álvares Cabral, no próprio trecho onde está o Projeto Ver-o-Rio, começam a servir de canteiros de obras de prédios residenciais de alto status social, e que possuem como grande destaque para sua publicidade, o fato de voltarem suas sacadas para a paisagem e as amenidades naturais da baía do Guajará.

Mesmo precisando de maiores estudos e dados que comprovem a mudança de conteúdo social dessa área, pode-se afirmar que novos agentes produtores do espaço urbano

estão descobrindo o potencial do mercado imobiliário presente em áreas que dão acesso à paisagem da orla. Tal interesse pode ter sido despertado pelo conhecimento e percepção do processo de redefinição econômica e funcional por qual passa Belém, e das reflexões a respeito da reestruturação do espaço urbano, provenientes dentre outros fatores, das intervenções urbanas públicas concentradas nas áreas da orla central da cidade. Assim, amenidades socialmente construídas somadas com as amenidades naturais de um espaço de orla, criam condição muito favorável aos interesses especulativos das incorporadoras e construtoras imobiliárias.

Esta questão talvez seja um novo desafio para quem se preocupa com a dinâmica urbana de Belém, e com a eficiência dos mecanismos de planejamento e desenvolvimento urbano existente. Tais instrumentos devem conseguir prever, intervir e evitar, a partir de intervenções jurídicas e urbanísticas, novas formas de exclusão social dos segmentos da cidade que influenciam diretamente no recuo da cidadania e na restrição de espaço público. E, sobretudo ter-se o cuidado de que, num futuro próximo, a orla fluvial de Belém não seja reapropriada por uma pequena parcela da população que possa pagar para obter suas vantagens locacionais de amenidades naturais e construídas, transformando espaços como o do Projeto Ver-o-Rio num espaço de uso coletivo de interesse privado e de auto-exclusão, seguindo os padrões de estética e valorização de espaços urbanos existentes nas metrópoles brasileiras que possuem orlas marítimas.

Conforme nos afirma SANTOS (1987), ser mais ou menos cidadão depende, em grande parte, do ponto do território onde se está. Assim, quando se proíbe ou constrangi de alguma forma a circulação de indivíduos por qualquer segmento do espaço da cidade, interrompe-se o desenvolvimento da cidadania. A orla urbana de Belém desde os seus primórdios, transformou-se em espaço por excelência do capital, limitando em grande parte o seu uso para fins econômicos. Dessa forma, o espaço do capital usurpou o espaço da “festa”.

“O direito à cidade é o direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (LEFEBVRE, 1991, p.143). O Projeto Ver-o-Rio, tem que ser compreendido para além do resultado pragmático e funcional de uma intervenção urbana, deve ser, entretanto, enfatizado por promover a função social da cidade, transformando a beira-rio num espaço de “festa”, o qual, por muito tempo, ficou às “margens” do cotidiano do belenense.

## Notas

<sup>1</sup> O termo “Marca” advém do planejamento estratégico e refere-se às questões centrais e relevantes presentes na proposta de governo. É por meio delas que o governo se identifica e se expressa no imaginário popular (MARTINS, 2000).

<sup>2</sup> Governo do Povo é como se intitulava o governo da Prefeitura Municipal de Belém, o qual buscou desenvolver um governo democrático e popular, que tinha como princípio o respeito e a participação do povo nas suas decisões político-administrativas.

<sup>3</sup> O Congresso da Cidade significa um processo socialmente construído e articulado com a Sociedade Civil organizada e o cidadão em geral, proporcionando reflexões críticas e propositivas que materializam o espaço de planejamento participativo, garantindo as ações para as políticas públicas municipais (BELÉM, 2002).

<sup>4</sup> Política de inclusão das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, estava vinculada aos programas de geração e renda a assistência social municipal (BELÉM, 1996).

## Referências

- BELÉM. **Plano diretor urbano de Belém**. Belém: PMB, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Pro-BELÉM**: Plano de reestruturação da orla de Belém: PMB, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Lei complementar de controle urbanístico**: lei n.º 02, e 19 de julho de 1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Belém, 13 set. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 1998/2001**. Belém: PMB, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2002/2005**. Belém: PMB, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O Congresso da cidade**: a experiência do planejamento com participação popular em Belém. Belém: SEGEP/PMB, 2002.
- CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)
- FRENTE BELÉM POPULAR. **Programa de governo**: Frente Belém Popular (PT / PC do B / PPS / PSTU / PCB), 1996.
- FRENTE BELÉM POPULAR. **O próximo passo**: diretrizes programáticas da Frente Belém Popular; 2001/2004., 2000.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. **Belém 1997-2000**: desenhando a cidade do terceiro milênio. Belém: editora Pólis, 2000.
- OLIVEIRA, Cristina Eiras de. **Estatuto da cidade**: para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Agenda da Reforma Urbana no Brasil: o novo modelo de Planejamento e gestão das cidades. In: **Reforma urbana**: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: IPPUR/FASE, 1995, p. 42-57.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.